

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

O presente relato trata do trabalho educativo da Escola Família Agrícola junto à população rural do Estado do Espírito Santo, experiência esta desenvolvida pelo Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo - MEPES, entidade de sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Anchieta, que tem como objetivo a ação social e a promoção de serviços na área da saúde e da educação.

Desde 1968, o MEPES, através de sua ação educativa, vem sendo promotor de trabalhos comunitários nos quais se juntam várias forças sociais, entre elas: agricultores (principalmente pequenos proprietários), lideranças rurais, autoridades políticas e religiosas locais. Seu objetivo - "a promoção integral do homem do campo" - concretiza-se no setor educação com a proposta de uma escola diferente para filhos de agricultores. Observados os princípios fundamentais do sistema educacional do país, tal diferença manifesta-se, notadamente, nos seguintes aspectos: implantação, administração, metodologia, origem e formação dos monitores, e financiamento.

As escolas nascem pela participação ativa das comunidades, que se manifestam desde a decisão da criação da escola, a escolha do local, a doação da área onde a escola será instalada, até a construção da mesma, sob a sua gestão.

As escolas são administradas por um Conselho de Administradores formado por representantes dos pais dos alunos, representantes dos alunos e ex-alunos, representantes da Prefeitura, da Paróquia, dos órgãos públicos que atuam na região, e pelo coordenador da Escola, sendo este nomeado pelo MEPES. Assim, a comunidade influi de maneira determinante na gestão da Escola, seja em relação a aspectos econômico-financeiros, seja nas questões de política educacional.

Escola e trabalho se conciliam na Pedagogia da Alternância, princípio educativo que se viabiliza pela estruturação do curso em períodos curtos de permanência do aluno na escola, em tempo integral, alternados com períodos de permanência em casa, acompanhando as atividades familiares no campo.

A docência é exercida por monitores polivalentes, de quem se exige conhecimentos de técnicas agrícolas, economia, filosofia, ética, pedagogia e metodologia da Escola Família.

A manutenção financeira da escola se dá não só com os recursos do Governo e instituições de financiamento (até mesmo internacionais), mas com a participação, ainda que em proporção mínima, das famílias atendidas.

No presente, existem doze Escolas Família Agrícola em diversos municípios do interior do Estado do Espírito Santo, sendo oito com curso só de 1º grau (5ª a 8ª série), duas com curso só de 2º grau, e duas com cursos de 1º e 2º graus.

Os cursos de 1º grau são considerados regulares, seriados, com caráter de iniciação para o trabalho. Os de 2º grau, com duração de quatro anos, formam técnicos em agropecuária, conferindo titulação equivalente à obtida nas Escolas Agrotécnicas Federais.

A clientela das Escolas Família é constituída de filhos de pequenos e médios proprietários rurais ou de meeiros e assalariados fixos que tenham oportunidade de cultivar uma área de terra.

2 - ANTECEDENTES

O surgimento das Escolas Família Agrícola - EFAS, no Estado do Espírito Santo, deve-se à constatação da precariedade do ensino no meio rural, desligado da realidade e promotor do êxodo para a cidade. Detectado o problema, procurou-se a solução numa escola que ligasse o homem ao campo, de uma forma consciente, respeitando seus costumes e tradições.

A idéia de escola-família não era original. França, Itália e outros países já a tinham vivenciado. O MEPES, no entanto, procurou desenvolver um trabalho próprio em resposta a problemas concretos, situados e específicos, em comunidades rurais desse estado brasileiro.

De início, as escolas começaram a funcionar com um curso de dois anos de duração, destinado a filhos de agricultores com idade entre 13 e 20 anos, com a finalidade de transmitir uma base mínima de cultura geral e iniciação para o trabalho no setor agrícola. Era um curso informal, que respondia aos anseios de educação expressos pelas comunidades não atendidas pelo sistema oficial de ensino. A falta de escolas primárias no interior obrigava crianças e jovens a renunciar à instrução básica, ou a ter que afastar-se de seus lares para poder ter acesso aos estudos elementares.

Uma vez implantadas as escolas, os próprios pais começaram a questionar se o curso propiciado pelas EFAs não poderia ter reconhecimento oficial. O MEPES solicita seu registro na Secretaria de Educação e o Conselho Estadual de Educação reconhece e autoriza a equivalência dos cursos ministrados a 5ª e 6ª séries de 1º grau, com direito de prosseguimento de estudos.

Pouco depois, em atendimento a novas reivindicações das comunidades, o MEPES amplia a duração do curso para três anos, com o intuito de que os alunos possam concluir o ensino de 1º

grau nas próprias EFAs. Considerando o curso sob o prisma de suplência, o Conselho Estadual de Educação, que já se pronunciara anteriormente, autoriza a expedição de certificados de cursos de ensino supletivo de 1º grau.

Em resposta à nova demanda gerada por continuidade de estudos e de profissionalização, surgem as EFAs em nível de 2º grau, expressando-se desta feita o Conselho Estadual de Educação não apenas em relação à autorização de funcionamento de mais um curso, mas sobre a inovação que tal curso representa pela filosofia e metodologia esposadas.

Concomitantemente vai-se operando, nas EFAs, um movimento de transformação do curso supletivo de 1º grau em curso regular de 5ª a 8ª série, alterando-se sua duração de 3 para 4 anos.

Hoje, interagindo com o sistema oficial de ensino, as EFAs podem oferecer às comunidades incluídas em sua área de ação uma alternativa para a educação no meio rural que se revela peculiar numa instituição de formação técnico-agrícola: primando pelo encontro de educandos, educadores, pais, comunidade e entidades, numa convergência de iniciativas, atividades e responsabilidades, a escola busca a promoção integral do jovem do campo, conjugada com o crescimento de sua família e comunidade e com o desenvolvimento técnico de seu meio. Desse trabalho educativo decorre a possibilidade de diminuição do êxodo rural, permanecendo o homem instruído no campo, homem consciente de sua função política, agente na história de seu grupo social.

3 - CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS

3.1 - Objetivos

A ideologia que fundamenta o trabalho do MEPES nasce da consideração do HOMEM como ponto central e convergente da realidade que o circunda. Assim, a Escola Família Agrícola objetiva juntar forças sociais do meio rural em vista de desenvolver uma educação o mais integral possível da pessoa humana. O objetivo específico das EFAs é a formação de agricultores que se sintam capazes de encontrar em si e em sua comunidade as forças para se engajar em mudanças políticas e econômicas.

Nesse sentido, as EFAs atendem, diretamente, adolescentes e jovens, de ambos os sexos, com escolaridade mínima de quatro primeiras séries do 1º grau (no caso das escolas de 5ª a 8ª série), ou que tenham concluído o 1º grau (no caso das escolas técnicas de 2º grau). Indiretamente, as EFAs têm como população-alvo a comunidade rural, pela grande interação escola-família-comunidade.

3.2 - Metodologia

A Escola Família Agrícola baseia-se na Pedagogia da Alternância, princípio educativo que concilia escola e trabalho. Uma pedagogia que considera que a formação no meio rural, para ser completa, depende das experiências vividas na escola, na família e na comunidade.

/ A alternância consiste em dois momentos: um, na comunidade, o aluno engajado no trabalho junto à família; outro, na escola, em regime de internato, permitindo o descobrimento da vida pela reflexão.

Por meio da alternância, o saber prático e a teoria se juntam e ajudam a aprofundar, constantemente, aquilo que acontece no dia-a-dia. Por meio da alternância, o interesse do jovem surge, se desenvolve e se torna permanente, pois a busca constante dos acontecimentos o torna responsável, motivado e disposto a assumir seu papel de agente transformador do meio.

Para viabilizar a Pedagogia da Alternância, a escola utiliza instrumentos metodológicos específicos e uma base de organização escolar que permite a sua aplicabilidade. Os principais instrumentos metodológicos são assim descritos:

- . Plano de Estudo - intenciona analisar os aspectos da realidade e de sua expressão; é elaborado pelos alunos, juntamente com a equipe de professores, e comporta atividades na escola, na família e na comunidade.
- . Caderno da Realidade - acumula o registro de conhecimentos sobre a realidade; é um documento da vida escolar onde o aluno arquiva, de forma sistemática, durante os anos de sua formação, os resultados dos Planos de Estudo, já ampliados, aprofundados e ilustrados.
- . Folha de Observação - é um questionário formulado pelos professores para ajudar a completar e ampliar temas e matérias que foram insuficientemente abordadas; tem o objetivo de enriquecer o Caderno da Realidade.
- . Serões - servem ao debate de questões curriculares e/ou outros assuntos que surgiram durante as aulas ou fora delas e que despertaram o interesse e a curiosidade dos alunos.
- . Visitas e Viagens de Estudo - permitem que os alunos conheçam lugares diferentes dos povoados em que residem; obedecem a um planejamento prévio e são seguidas de avaliação, síntese e conclusão. Esse tipo de atividade estimula o aprofundamento de temas sociais, técnicos, econômicos e políticos, incorporando-se todo esse conhecimento construído ao Caderno da Realidade..

- **Visitas às Famílias** - são visitas do professor no momento em que o aluno está no seu meio familiar; consistem na troca de idéias sobre questões sócio-pedagógicas e técnico-agrícolas ligadas diretamente ao meio familiar e escolar do aluno; as visitas têm, ainda, um caráter de acompanhamento do aluno.
- **Estágios** - constituem mais um dos recursos utilizados no quadro da Pedagogia da Alternância; são uma atividade programada para a série final do 1º Grau, com duração de uma ou mais semanas em propriedades rurais e, no 2º Grau, com a carga horária obrigatória exigida pela modalidade de curso técnico profissionalizante. De volta à escola, o aluno faz um relato da experiência vivida para colegas, pais e professores.

Dentro do sistema de alternância, o tempo correspondente ao período na escola (em regime de internato) e ao período em casa (na propriedade dos pais) varia conforme o nível escolar, sendo de uma semana para o curso de 1º grau e de duas semanas para o de 2º grau.

A vida na escola tem um caráter socializador: além das atividades de aprendizagem em classe ou na propriedade, o aluno participa dos trabalhos necessários à manutenção da escola.

O sistema de internato, o cotidiano disciplinado, os valores morais, políticos e religiosos vivenciados no dia-a-dia da escola produzem um meio socializante que ultrapassa a aprendizagem dos conteúdos escolares. Este contexto configura uma visão de mundo própria.

No período em que passam com a família, os alunos, com a participação dos pais, parentes, vizinhos e comunidade de um modo geral, devem procurar responder às questões levantadas como temas de estudo na escola. De volta à EFA, verifica-se a discussão das informações trazidas e a colocação em comum dos dados obtidos nas diversas comunidades, prosseguindo os estudos com debate em classe, preparação de textos pelos monitores e novas discussões a partir desse material.

A avaliação do aluno é ampla, contínua, inter-relacionada com os temas de estudo, compreendendo a verificação de aproveitamento e expressando os resultados da aprendizagem quanto à aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes. Essa avaliação tem em vista:

- conduzir o desenvolvimento do aluno no sentido dos objetivos determinados pelas atividades de cada Escola Família Agrícola;
- ajustar esses objetivos e os métodos de ensino às suas condições e necessidades;

- . avaliar os conteúdos e as habilidades adquiridas em vista da promoção integral do aluno e da família.

Na avaliação do aproveitamento escolar, observadas as normas e diretrizes da legislação em vigor, são registrados os resultados de uma série de interpretações, podendo ser utilizados entre outros os seguintes instrumentos e informações de desempenho de cada aluno: ficha cumulativa; entrevistas individuais; auto e hetero avaliação de monitor e aluno; provas subjetivas e objetivas; comunicação oral e escrita; visitas aos pais; observação dirigida e/ou espontânea; amostras de trabalho; Plano de Estudo; Folhas de Observação; Caderno da Realidade.

3.3 - Recursos envolvidos

As Escolas Família Agrícola compreendem uma pequena propriedade, geralmente doada ou cedida pela comunidade, com 10 a 15 ha de terra. Nela, a " Casa da Escola Família " é uma construção que procura respeitar os padrões arquitetônicos e sócio-culturais da região rural onde se situa a escola. Sua construção se realiza através de uma ação comunitária, envolvendo lideranças, membros da comunidade e equipe docente. As instalações incluem, basicamente, salas de aula, refeitório, cozinha, secretaria, dormitórios, banheiros, e casa ou dormitórios para monitores (os professores da escola), com capacidade instalada para acolhimento simultâneo de 50 alunos, em média, e 5 a 6 monitores.

No terreno da escola, destinado à produção e ao complemento didático na modalidade de iniciação para o trabalho no 1º grau e formação técnica no 2º grau, reproduzem-se, de um modo geral, as instalações e condições das propriedades familiares dos pais dos alunos. Usadas como campo de aprendizagem e demonstração de práticas agrícolas, as escolas têm plantações de culturas de subsistência e culturas destinadas à comercialização (café, banana, pimenta, etc.); as escolas também mantêm criação de porcos, galinhas e gado bovino.

Além de criar oportunidades para os alunos demonstrarem seu interesse pelas atividades ligadas ao campo, a propriedade rural da escola permite o desenvolvimento de aulas teórico-práticas de agricultura, zootécnica e educação familiar, aprofundando conhecimentos já trazidos por alunos que vivem essa realidade.

Nas EFAs, a execução das atividades pedagógicas e comunitárias está a cargo de uma equipe de profissionais de ensino (professores) chamados monitores. São em número de cinco para as escolas de 1º grau, e de seis para as escolas de 2º grau.

Os monitores têm como nível mínimo de escolaridade o 2º grau completo e contam com a formação específica obtida em um curso inicial no Centro de Formação do próprio MEPES, com du-

ração mínima de um ano, curso este que utiliza a metodologia das EFAs, com alternância e internato. O MEPES mantém os monitores em formação permanente através de semanas de aprofundamento realizadas a cada ano para todo o pessoal que atua nas EFAs.

Nas escolas, além de os monitores desenvolverem as atividades docentes relacionadas à sua área de formação ou interesse (Matemática, Português, Ciências, etc.), são responsáveis, ainda, pela orientação de atividades de oficina, artesanato, culinária, etc., observada a característica de polivalência que lhes é exigida. Participam em comum de tarefas também realizadas pelos alunos: tratar dos animais, cuidar da lavoura e outras.

A cada ano, um dos monitores assume a função de coordenador, dedicando-se, também, às tarefas administrativas, já que não existe a figura de diretor, na escola. Cabe a esse monitor-coordenador, membro do Conselho Administrativo, exercer a gestão das EFAs, desenvolvida dentro de um modelo democrático com a participação da comunidade, submetendo à apreciação do Conselho o conjunto das realizações educativas e de sustentação econômico-financeira da escola.

Integram, também, o quadro de recursos humanos das EFAs: uma funcionária, que, responsável junto aos monitores pelo clima de família da Escola, cuida da ordem da casa e prepara as refeições; um zelador da propriedade, em geral ex-aluno da escola; e, eventualmente, estagiários que colaboram nas diferentes atividades.

Atualmente, os recursos financeiros para manutenção das 12 escolas em funcionamento no Estado do Espírito Santo provêm: da Secretaria de Educação do Estado, com 60% do orçamento, para pagamento de pessoal; das Prefeituras locais, com 20% do orçamento; e da Associação da EFA, do Instituto Espiritosantense do Bem-Estar do Menor, da Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência, com 20% do orçamento, para gastos como material didático, água, luz, telefone, combustível e manutenção geral.

Muito embora o ensino seja gratuito, os pais colaboram nas despesas com alimentação, tendo em vista que a produção da propriedade escolar não supre todas as necessidades.

Através de atividades planejadas participativamente, tais como quermesses, leilões, etc., escola, família e comunidade buscam outros recursos financeiros para a manutenção dos serviços das EFAs. Eventualmente são obtidas contribuições de entidades filantrópicas internacionais.

3.4 - Produtos resultantes

A atuação das Escolas Família Agrícola tem sido apresentada em documentos institucionais, integrado estudos do meio

acadêmico, além de se constituir em matéria divulgada pela imprensa. A título de exemplo, podem ser citados os seguintes textos: "Pedagogia da Alternância", de Sérgio Zamberlan, documento do Centro de Formação do MEPES, em Piúma, Espírito Santo; "A Escola Família Agrícola no Espírito Santo", trabalho de Viviane Bosi Concagh, publicado no nº 68 do Caderno de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas, de fevereiro de 1989; "Escola Família já Exporta Educação para Todo o Brasil", artigo de Ronald Mansur, publicado no jornal "A Gazeta", de Vitória (ES), em 27 de abril de 1992.

4 - AVALIAÇÃO

As Escolas Família Agrícola promovem avaliações constantes no âmbito de sua ação educativa. De igual modo, o MEPES como um todo se submete a contínuas avaliações. Em 1990, após muitos anos de experiência acumulada, decidiu contratar os serviços de uma instituição que, em termos científicos, avaliasse, do ponto de vista externo, a ideologia, os objetivos e, concretamente, os resultados obtidos pela ação institucional. Foi escolhido o ISER - Instituto Superior de Estudos da Religião, do Rio de Janeiro, que em 1991 entregou os resultados de sua pesquisa.

No que diz respeito às atividades relativas às Escolas Família Agrícola, alguns dados dessa pesquisa apontam:

- . Os alunos se percebem participando das decisões. Avaliam positivamente a democracia interna das EFAs, seja no tocante às decisões de um modo geral, seja quanto à participação no Conselho Administrativo.

Os alunos valorizam especialmente o ensino prático, voltado para o meio rural, a convivência e o relacionamento, e a visão crítica da realidade. Considerando que o motivo de escolha da EFA recai principalmente sobre a expectativa de um ensino prático voltado para o meio rural, evidencia-se uma coincidência entre essa expectativa e o que a EFA oferece, o que é um indicador de satisfação dos alunos. Da mesma forma, a valorização da boa convivência e relacionamento e da visão crítica da realidade demonstra que os objetivos do MEPES, que visam, para além do ensino, reforçar os laços de convivência comunitária e o engajamento crítico dos alunos enquanto sujeitos da história, estão sendo atingidos.

A valorização do ensino prático se confirma na demanda dos alunos por mais aulas práticas e viagens de estudo. Essa demanda, em grande parte respondida pelo MEPES, coloca em questão a relação teoria-prática. Apesar de a metodologia da Escola-Família buscar essa integração, os dados indicam um consenso na priorização da prática, que pode estar correspondendo a pouco investimento na formação teórica. Ao lado

disto, há uma expectativa majoritária dos alunos em continuar os estudos. Este quadro apresenta elementos de contradição que devem ser objeto de reflexão para o MEPES, na definição de sua opção pedagógica.

- . Há uma afinidade marcante entre os comportamentos e perfis dos alunos das diversas EFAs. Destaca-se o alto nível de adesão desses alunos às regras e normas de conduta da escola. Ainda que a convivência e a experiência no internato sejam consideradas positivas pela maioria, a atmosfera envolvente dificulta a contestação e a dissidência em relação à instituição, o que contrasta com o estímulo à visão crítica da realidade.

Nesta perspectiva, a EFA é preservada como modelo ideal em contraposição à sociedade injusta e imperfeita. Esta oposição entre um universo institucional idealizado e uma sociedade complexa e contraditória induz a uma visão simplista e a uma crítica ingênua da realidade social. A dialética das relações entre a escola e a vida pode perder muito de sua riqueza e complexidade nesse processo de polarização.

- . Em uma amostra de 190 ex-alunos, a maioria dedica-se à agricultura predominando os pequenos ou médios proprietários. Os não agricultores estão ligados ao setor de serviços, atividades domésticas, são estudantes, ou monitores de Escolas Família Agrícola.

Os agricultores estimam a produtividade de sua propriedade numa faixa que se pode chamar de média e acima da média. O sistema de plantio mais utilizado é o de culturas diversificadas e os recursos técnicos usados no manejo da terra e da produção estão ligados à agricultura orgânica, como aplicação da orientação recebida na escola.

Os ex-alunos participam de atividades na igreja e movimentos sociais. O nível de participação é muito significativo, maior do que a dos alunos, apontando para as EFAs como uma mediação importante no processo de inserção social. Considerando que a formação da consciência crítica dos alunos, que os conduza a uma posição ativa, como sujeitos da sua história, é um dos eixos da proposta pedagógica do MEPES, pode-se afirmar que esse objetivo está sendo alcançado.

A ligação dos ex-alunos com a EFA permanece. A maioria tem filhos, parentes ou amigos estudando nesse tipo de escola e é grande o número daqueles que continuam a participar das atividades por ela promovidas. Esse quadro mostra que as EFAs têm uma presença marcante na comunidade e que a passagem por esse tipo de escola deixa no aluno um traço de identidade que se mantém no tempo.

- . O engajamento e a adesão à proposta educacional do MEPES po-

de ser creditada à experiência anterior dos monitores como alunos de uma EFA e à passagem de maioria pelo Curso de Formação proporcionado pela instituição. Os monitores sentem-se gratificados com o ambiente de trabalho, valorizando sobretudo a convivência e o relacionamento entre colegas e alunos.

Não obstante, avaliam as condições de trabalho como regulares, e o salário insuficiente face à extensa jornada de trabalho e às múltiplas atribuições a que respondem.

O vínculo do monitor com a EFA é marcado por uma tensão entre a sua identidade com o projeto da instituição e a sua inserção, como funcionário, na luta por melhores condições de trabalho e salários; essa ambigüidade é característica de organizações do campo não-governamental que têm como objeto da sua ação um projeto político, social ou religioso, exigindo dos seus quadros uma adesão pessoal, que resulta em um estilo militante e semi-voluntário de trabalho.

- . O domínio da metodologia da Escola Família Agrícola bem como a aplicação dos recursos pedagógicos a ela inerentes não são uniformes para o conjunto das escolas, embora a Pedagogia da Alternância seja o marco referencial comum.

Existem entre os monitores diferentes concepções sobre a operacionalização de alguns recursos considerados essenciais, como, por exemplo, o Caderno da Realidade.

A metodologia constitui um dos aspectos de singularidade da EFA. No entanto, com a gradual aproximação do modelo de ensino público, há o risco de uma possível descaracterização. Dentro da estrutura das Secretarias de Educação, nem sempre há abertura para acolher modelos educativos diferentes, que exigem alterações na rotina burocrática, novos instrumentos de controle e avaliação, e assimilação de novas metodologias. A inflexibilidade dessa burocracia pode levar as EFAs a terem que se adaptar a padrões pré-estabelecidos, abrindo mão do que lhes é peculiar.

- . A propriedade agrícola de cada EFA reproduz, de um modo geral, instalações e condições das propriedades familiares dos pais dos alunos, o que não representa necessariamente um fator de adequação. Para melhor cumprir sua função educativa, a EFA deveria estar aparelhada com instalações e utilizar tecnologias apropriadas às exigências da formação profissionalizante do produtor rural. Na maioria dos casos, a EFA está submetida às mesmas condições precárias do pequeno agricultor. Encontra-se limitada, em sua ação técnico-educativa, pela falta de incentivo financeiro, o que lhe tem impossibilitado contribuir de forma mais significativa na produção de novos conhecimentos, através da pesquisa aplicada e do desenvolvimento de tecnologias alternativas.

- . A experiência das EFAs mais recentes, que nasceram dentro de uma proposta de autonomia, é considerada positiva. Por isto, em termos da viabilidade de uma administração participativa, descentralizada e autônoma, é grande a expectativa de desempenho do Conselho Administrativo como a instância que pode sustentar o modelo de autonomia das EFAs, assumindo funções que hoje são de responsabilidade do MEPES, a despeito de algumas dificuldades de ordem conjuntural e/ou estrutural que costumam acontecer nesse modelo.

A Escola Família Agrícola enfrenta dificuldades para se firmar como alternativa na educação rural, sendo a de ordem econômica a de mais peso, sobretudo no que diz respeito aos custos de pessoal. O MEPES é uma entidade privada, filantrópica, que não gera recursos próprios para manutenção de suas atividades. Tem conseguido sustentar suas escolas através de convênios, principalmente com o Governo do Estado do Espírito Santo e com as prefeituras dos municípios em que as escolas se situam.

A reestruturação do MEPES tem sido objeto de discussão, buscando-se rever o modelo atual e propor saídas para a crise financeira pela qual passa a instituição. A idéia de tornar as EFAs unidades autônomas, com um Conselho Administrativo forte, assessoradas pedagogicamente pelo MEPES, está sendo vista pela direção como uma saída possível.

Entende o Movimento que não compete mais a ele a expansão do número de escolas. Além de lhe faltar suporte econômico, é da responsabilidade direta do Estado prover a educação dos cidadãos.

A presença do MEPES no Espírito Santo vem tendo um papel no sentido de produzir práticas singulares, nas quais a idéia de desenvolvimento se associa a outros valores: o MEPES quer promover o homem do campo dentro da cultura camponesa; afirma seus ideais de fixação do homem do campo através da educação técnica e conscientizadora voltada para o pequeno proprietário; valoriza a produção agrícola baseada na mão-de-obra familiar.

O impacto social trazido pela presença das Escolas Família no Espírito Santo pode ser constatado nos seguintes aspectos das comunidades em sua área de influência:

- . é mínimo o número de ex-alunos que abandona o campo;
- . do ponto de vista material, há progresso considerável nas propriedades dos ex-alunos que, mesmo conhecendo o próprio trabalho e dele se orgulhando, procuram assistência técnica do MEPES ou da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Expansão Rural);
- . de uma maneira geral, os habitantes das comunidades tornaram-se mais curiosos em relação ao mundo, interessados em

participar do processo político;

- as comunidades aprenderam a trabalhar em conjunto e a serem independentes dos tradicionais exploradores: surgem cooperativas, caminhões coletivos para venda dos produtos na cidade, sindicato rural mais forte.

O MEPES considera que o modelo Escola Família por ele experimentado no Estado do Espírito Santo é válido e está consolidado, podendo a experiência ser implementada por outras instituições e até mesmo pelo sistema educacional público, no Espírito Santo e em outros estados.

Na realidade, essa difusão já aconteceu pelo país. O Estado da Bahia é o que possui o maior número de Escolas Família, cerca de 21. A maioria delas pertence à Associação das Escolas Família Agrícola da Bahia (AECOFABA). Também há EFAs no Paraná, Ceará, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Rondônia, Minas Gerais e Amazonas.

O modelo da Escola Família Agrícola contribui para fortalecer um campo de diversidade, onde novos sentidos e projetos alternativos possam ser produzidos, desenvolvendo a relação educação e trabalho.